

MACAÉ 2030

Futuros cenários além do petróleo



Macaé
PREFEITURA
Secretaria Adjunta | ENSINO SUPERIOR



Prefeitura Municipal de Macaé

Welberth Porto de Rezende

Secretaria Municipal de Educação

Leandra Lopes Vieira

Secretaria Municipal Adjunta de Ensino Superior

Flaviá Picon Pereira

Projeto Macaé 2030

Observatório da Cidade de Macaé

Alice Ferreira Tavares

Organização

Alice Ferreira Tavares
Ana Eliza Port Lourenço
Felipe Dias Ramos Loureiro
Gisele Silva Barbosa
Leila Brito Bergold
Lia Hasenclever
Luana Silva Monteiro
Maria Inês Paes Ferreira

Editorial

Ana Eliza Port Lourenço
Cremilda Barreto Couto
Leila Brito Bergold
Lia Hasenclever
Luana Silva Monteiro
Gisele Silva Barbosa

Revisão

Cláudia de Magalhães Bastos Leite

Revisão e Normalização ABNT

Henrique Barreiros Alves

Diagramação

Raphael Bózeo de Sousa

Fotografia

Raphael Bózeo de Sousa
César Fernandes (divulgação BRK)

Colaboração

Renatta Viana Rodrigues

Instituições de Ensino

FeMASS
UFRJ
NUPEM-UFRJ
UERJ
UFF
IFF
CEDERJ
FAETEC-Rj
UENF
CANDIDO MENDES

Grupo de trabalho interinstitucional

Alfredo Manhães
Aurea Yuki Sugai
Carlos Barboza
Cristina Maria de O. Melo
Elaine Antunes
Erick Zickwolff
Gisele Muniz
Giuliano Alves Borges e Silva
Henrique de A. Carvalho
Henrique Rocha Mendonça
Hugo Bomfim
João Wellington de Assis
José Augusto F. da Silva
José Ricardo Siqueira
Larissa Tavares
Marcelina Marri B. C. França
Maria Gertrudes Justi
Moisés Marinho
Paulo de Tarso
Raul Ernesto Lopez Palacio
Thiago Rocha Gomes

PARTE 3

**EDUCAÇÃO PARA TODOS:
REDES COLABORATIVAS**





MULHERES NA POLÍTICA: DIAGNÓSTICO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO EM MACAÉ¹

*Adriana Corrêa Porto²
Cassiano Ferreira Simões³
Christiane Reis Milagres⁴
Marcello Riella Benites⁵*

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo mensurar a desigualdade de gênero em cargos eletivos da política municipal de Macaé, nas últimas duas décadas e, a partir desses dados, refletir sobre os caminhos para alcançarmos a equidade de gênero, nos próximos anos. Munidos de um arcabouço teórico-metodológico de estudos de gênero, sobretudo feministas, analisamos a realidade da cidade a partir dos dados obtidos nas últimas seis eleições municipais. A proposta metodológica baseia-se em uma abordagem sociológica que considera ainda os Estudos Culturais para dar conta das questões envolvidas. Fazendo um percurso pelo cenário global, nacional e estadual até chegarmos ao contexto do município, buscamos entender os motivos da baixa representação feminina na política local. Desse modo, identificamos alguns dos principais desafios, a fim de propor soluções para uma sociedade mais democrática, representativa e equânime na política macaense até 2030.

Palavras-chave: mulheres; política; gênero; feminismo; Macaé.

1 INTRODUÇÃO

A busca por equidade de gênero na política provém do entendimento de que a dignidade humana, o respeito à vida e o progresso sustentável devem ser metas universais compartilhadas por todos os indivíduos e nações do globo. À medida que esses objetivos são conquistados e compartilhados por todos os cidadãos demonstra-se o grau de desenvolvimento de uma nação, conforme preconizado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Sob esse ponto de vista, o ser humano é visto como principal riqueza de um país e deve se desenvolver em âmbito social, econômico e ambiental. Para fazer isso de modo pleno, é necessário superar vulnerabilidades, como a de gênero. Não é por acaso que a equidade de gênero aparece como quinto Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁶, pois é entendida como essencial para o desenvolvimento humano. E a ONU não é a única que sustenta essa visão, um relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), divulgado em 2020, indica que a desigualdade de gênero é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento humano⁷. Nesse sentido, a representação política proporcional à população funcionaria como um mecanismo capaz de incluir as demandas, respeitar os diferentes modos de vida e garantir direitos fundamentais aos cidadãos em sua diversidade.

O pensamento feminista corrobora com essa proposta ao evidenciar que as condições em que vivem homens e mulheres não são fruto de um destino biológico ou natural (Beauvoir, 1970). Ao contrário, tais relações são construídas socialmente e se baseiam, antes de tudo, numa hierarquia entre os sexos. Trata-se de uma relação de poder e dominação, que se exprime, sobretudo, por meio da divisão sexual do trabalho, conforme pontua a socióloga francesa Danièle Kergoat: “Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher)” (Kergoat, 2009, p. 67). Para ela, as relações de dominação entre os gêneros se desdobram no espaço social, público e privado, impondo às mulheres certas práticas sociais que as deixariam em situação desfavorável para alcançar cargos de efetivo exercício de poder, legitimados pela sociedade patriarcal como masculinos.

Outra socióloga francesa a contribuir nessa reflexão é Christine Delphy (2009), para quem essa articulação teria início dentro da própria família, sejam mães, esposas, filhas ou irmãs. As práticas sociais impostas estariam relacionadas ao trabalho doméstico e à esfera de reprodução e cuidados, estabelecendo um acúmulo de funções para as mulheres que exercem atividades profissionais no mercado de trabalho ou na vida pública. Para essas mulheres, a opressão e a exploração se sobrepõem, causando impactos na esfera política. Um desses impactos seria a aparente superficialidade e desinteresse das mulheres pelas discussões e participação na política local/regional, ocasionada, principalmente, pela carga mental⁸, acúmulo de funções e escassez

de tempo.

De acordo com a filósofa brasileira Helena Hirata (2009).

o exercício de uma atividade profissional não questiona as relações de dependência [...] vivenciadas pelas mulheres, devido ao fato de que se lhes atribui o trabalho doméstico; isso implica maior rigidez na organização dos usos do tempo (Hirata, 2009, p. 260)

Portanto, para levar adiante seus projetos profissionais - incluímos aqui o ingresso e a permanência na política - as mulheres, de modo geral, experimentam uma necessidade obsessiva de programação do tempo, numa tentativa de responder ao que se espera delas na vida pessoal e profissional.

Mulheres, que possuem filhos e/ou outros dependentes (idosos, doentes, pessoas com deficiência, etc.) sob sua responsabilidade e não dispõem de auxílio na função de cuidar da casa e da família, tampouco gozam de recursos financeiros para viabilizar uma rede de apoio, veem-se, na prática, impedidas de participar da vida pública e política da sua cidade. Condição que acomete sobretudo as mulheres pobres, trabalhadoras e negras, conforme pontuou a filósofa estadunidense Angela Davis (2016) ao observar as condições de vida a que eram submetidas e o impacto do trabalho doméstico em suas vidas, demasiadamente degradante e opressivo por não ser pago ou mesmo reconhecido como um trabalho produtivo.

Pelas mulheres negras de hoje e por todas as mulheres trabalhadoras, a noção do fardo do trabalho de casa e dos filhos podem ser retirados dos seus ombros para a sociedade, sendo este um dos mais radicais segredos da libertação das mulheres. Cuidar das crianças devia ser socializado, preparação das refeições socializada, trabalho de casa industrializado - e todos estes serviços deviam ser prontamente acessíveis às classes trabalhadoras (Davis, 2016, p. 164).

Indiferente à solução apontada por Davis (2016), a ideologia burguesa sustenta a lógica de maximização dos lucros por meio da superexploração de grupos de mulheres, o que reforça a sub-representação feminina na política. A partir dessa problematização, observamos a cidade de Macaé, onde buscamos mapear as mudanças ocorridas nas últimas duas décadas. Para isso, recorreremos a uma fundamentação teórica capaz de balizar as reflexões propostas e apresentamos os dados da pesquisa à luz de teorias que apontam para a estrutura opressora e excludente e que mantêm afastadas as mulheres das instâncias de poder em nossa sociedade. A proposta de levantar o número total de eleitas para os cargos de vereador/vereadora e prefeito/prefeita na cidade de Macaé de 2001 a 2022 nos possibilitou mensurar a participação feminina em cargos eletivos na política local, que são também posições de efetivo exercício de poder e decisão. Tais escolhas determinam as políticas públicas e legislações que organizam o município, impactando todos os seus habitantes.

Diante desse panorama, buscamos refletir sobre os caminhos e as mudanças necessárias para alcançarmos a equidade de gênero em cargos eletivos na política municipal. Em paralelo, pretendemos compreender os principais obstáculos para atingirmos o quinto ODS, elaborado pela ONU. A ideia é examinar o passado e o presente com o propósito de traçar caminhos e estratégias para avançarmos rumo a uma

cidade menos desigual e desfavorável para as mulheres no futuro. Sabemos que o principal impacto na vida cotidiana da não representatividade na política é a falta de políticas públicas para determinado segmento da população. Nesse caso específico, para as mulheres, que pode se refletir ainda na omissão do Estado no atendimento das necessidades das crianças e famílias brasileiras, já que gerir a casa e cuidar da família é um papel historicamente desempenhado por mulheres⁹. Com o mapeamento desse cenário, nas últimas seis eleições municipais, esperamos tornar visíveis os caminhos para uma Macaé mais equânime na política até 2030.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Iniciamos a pesquisa com o incremento das referências bibliográficas que já dispúnhamos. Uma vez que este artigo é parte de um trabalho de investigação mais extenso, que iniciamos em 2018, pretendemos com tal acréscimo tornar esta reflexão mais elaborada e dar conta de questões que ainda não tinham vindo à tona no estudo sobre mulheres na política. Isso posto, buscamos nos aproximar cada vez mais da nossa realidade particular. Partimos de um contexto global e nacional com o artigo “Representação política das mulheres em 2019 e os desafios da equidade de gênero” (Porto *et al.*, 2019)¹⁰. Em outro momento, fizemos um mapeamento regional das últimas eleições com as pesquisas “Representação política de mulheres na Costa do Sol e os desafios da equidade de gênero” (Porto; Benites, 2018)¹¹ e “Os desafios das mulheres na representação política do Norte Fluminense” (Porto *et al.*, 2022)¹². Uma análise das condições de vida e trabalho das mulheres e o seu agravamento durante a pandemia de Covid-2019 (Porto *et al.*, 2020)¹³ também contribuiu para o amadurecimento das reflexões aqui propostas. Agora, voltamos o nosso olhar para a cidade de Macaé. Dessa vez, não apenas para as últimas eleições, como nos trabalhos anteriores, os quais consideraram os pleitos de 2016 em diante. Debruçamo-nos sobre as duas últimas décadas, isto é, de 2001 até os dias atuais.

A partir desse percurso e das bibliografias que acumulamos nesse período, iniciamos a coleta de dados nos sites do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (TER - RJ). O objetivo era mensurar a participação das mulheres na política macaense, nas últimas duas décadas, ou seja, nas últimas seis eleições municipais. Para tanto, levantamos o número total de mulheres eleitas para os cargos de vereador/vereadora e prefeito/prefeita, na cidade de Macaé de 2001 a 2022. Outras fontes foram utilizadas, como os arquivos da Câmara Municipal e Prefeitura de Macaé. Fontes secundárias como notícias e outros registros documentados da época também foram úteis para confirmar as informações que apresentamos a seguir. Vale destacar que a nossa pesquisa se ateve apenas às mulheres eleitas, não considerando as suplentes que, eventualmente, possam ter ocupado um desses cargos em caráter temporário ou definitivo, após a saída do titular da vaga. O resultado pode ser

conferido na tabela a seguir:

Tabela 1 - Composição da Câmara Municipal de Macaé por gênero nas últimas seis eleições

Mandato (período)	Vagas em disputa	Homens eleitos	Mulheres eleitas	IPF*
2001-2004	12	12	-	0
2005-2008	12	10	2	16,6%
2009-2012	12	12	-	0
2013-2016	17	16	1	5,8%
2017-2020	17	16	1	5,8%
2021-2024*	17	16	1	5,8%
2001-2022 (22 anos)	87 vagas no total	82 vagas no total	5 vagas no total	5,7%

Nota: * IPF significa Índice de Participação Feminina. Embora o mandato se estenda até 2024, consideramos os dados até 2022 (data da análise), privilegiando a precisão da pesquisa.

Fonte: Porto *et al.* (2022)

De posse dos dados, constatamos que apenas quatro mulheres foram eleitas nas duas últimas décadas para atuar como vereadora na Câmara Municipal de Macaé: Marilena Garcia e Maria Helena Sales (2005-2008), Renata Thomaz de Oliveira (2013-2016 e 2017-2020) e Iza Vicente (2021-2024). Nesse período, tivemos 87 vagas em disputa. Dessas, apenas cinco foram ocupadas por mulheres, o que confere à cidade um Índice de Participação Feminina (IPF) de 5,7% no Legislativo.

Se considerarmos que Renata Thomaz foi eleita e reeleita como substituta do seu pai, Paulo Paes - atual parlamentar, ex-presidente do Legislativo, eleito anteriormente por diversas vezes e que estava inelegível na época devido a problemas com a Justiça Eleitoral - a representação feminina é ainda menor do que os números sugerem¹⁴. Pois, conforme defendem alguns autores, tais como Grossi e Miguel (2001), podemos estar diante de um caso de “mulher laranja” na política. O termo é utilizado tanto para designar candidatas usadas para cumprir a cota de mulheres por coligações ou partidos políticos, estabelecida pela legislação brasileira, quanto para nomear aquelas que se elegem, mas cujos mandatos são extraoficialmente exercidos pelo marido, pai, parente ou padrinho político do sexo masculino (Porto *et al.*, 2020).

Nesse cenário, uma das práticas ilegais é eleger uma mulher para ocupar um cargo público que, na verdade, é exercido por outra pessoa - geralmente um homem, com grande influência sobre a eleita, e que a usa para dispor do poder conferido à sua posição. Nessa circunstância, tal homem usa a mulher eleita para acessar o cargo, dirigindo as ações do mandato. Alguns se utilizam desse recurso para se manter no poder quando estão legalmente impossibilitados de concorrer à eleição, seja por determinação da Justiça, por já terem exercido dois mandatos consecutivos no Executivo, por conflitos de interesses empresariais ou outros motivos. Outra forma utilizada de burlar a legislação consiste em formalizar candidaturas femininas sem a real intenção ou chance de eleger mulheres. Trata-se de uma candidatura fictícia, apenas

para preencher a cota exigida por lei - 30% de mulheres por coligação ou partido. Em ambos os casos é empregado o termo “mulher-laranja” na política.

Dessa forma, voltamos a observar os números encontrados na pesquisa. No Executivo, nas seis eleições consideradas, só tivemos uma mulher eleita para o cargo de vice-prefeita. Marilena Garcia ocupou o cargo de 2009 a 2012. Já para o cargo de prefeita, Macaé nunca elegeu uma única mulher em toda a sua trajetória democrática. No mesmo período, homens estiveram no comando do município por nove vezes - seis como prefeitos e cinco como vice-prefeitos que, eventualmente, substituíram o chefe do Executivo da época na gestão municipal. Assim sendo, o IPF é nulo para o cargo máximo de poder e decisão na cidade (prefeito/a) e de 16,6% para o seu substituto imediato (vice-prefeito/a), se considerarmos o total de seis pleitos.

Para tentar compreender o cenário delineado pelos dados acima, optamos por uma abordagem sociológica, na qual o foco são as relações entre os grupos envolvidos, as disputas políticas e os processos de categorização dos sujeitos a partir de estereótipos, responsáveis pela materialização dos estigmas e da discriminação (Natividade, 2009). Em situações de conflito, esses servem de justificativa para a distribuição de privilégios sociais e a manutenção da estrutura que organiza a sociedade, na qual a experiência masculina é universalizada e a feminina é negligenciada (Miguel; Biroli, 2014).

Esta pesquisa ainda leva em conta a perspectiva dos Estudos Culturais, que possibilitou a reorganização do pensamento científico a partir de formas populares de expressão, resistência, contestação e alternativas à cultura dominante. Fizemos uso desse método, por acreditar que o estudo da cultura, integrado aos das realidades sociais, nas quais existem e se manifestam, pode nos ajudar a refletir sobre a centralidade das questões de gênero e sexualidade para a compreensão da própria categoria “poder” (Escosteguy, 2010). Tal abordagem metodológica nos permite ampliar a nossa noção de poder e compreender também o âmbito pessoal como político, trazendo novo entendimento sobre o modo como a articulação sexo/gênero e antagonismos de classe estruturam a sociedade. Contudo, tratando-se de dominação, não existe estado “puro”, mas, como qualquer manifestação cultural, é uma prática ambígua, fragmentária, “contaminada” (Escosteguy, 2010, p. 265). Não perder tal noção de vista é o caminho que escolhemos para tentar dar conta da complexidade das questões envolvidas.

3 ANÁLISE DOS DADOS

Para entendermos o motivo de tamanha disparidade entre homens e mulheres, no exercício do poder, acreditamos que é útil e necessária uma contextualização mais ampla. Estamos diante de um quadro em que as mulheres são maioria da população (52%)¹⁵ e dos eleitores (53%)¹⁶, possuem níveis educacionais mais elevados, maior

expectativa de vida e estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho. Parece-nos um contrassenso que a sua representatividade na política esteja entre as menores da América Latina e do globo. Para termos uma ideia mais clara a esse respeito, enquanto a média latino-americana de paridade de gênero na política é de 26%¹⁷, no Brasil não passa de 15%¹⁸. Dentre os 11 países da América Latina que participaram do programa de aferição da ONU, estamos na 9ª posição no ranking de paridade política¹⁹. No cenário mundial, também ocupamos as últimas posições no *ranking* de mulheres na política. Em um universo de 187 países, o Brasil ocupa a 145ª posição²⁰.

No Brasil, embora as mulheres tenham conquistado o direito de votar e serem votadas em 1932, há 90 anos, a sua participação política continua pouco expressiva. Atualmente, elas ocupam 17,7% das cadeiras na Câmara dos Deputados²¹; no Senado, são 12,3%²². Nas assembleias estaduais, a sub-representação se mantém: com 15% do total de postos. Quando voltamos o nosso olhar para os municípios brasileiros, o cenário é semelhante, apenas 12% das prefeituras são comandadas por mulheres e 16% dos eleitos nas câmaras são do gênero feminino²³. Estamos diante de uma realidade que se perpetua ao longo dos séculos, nas diferentes regiões do país. Desde o início da República, em 1889, o país elegeu uma única presidente, Dilma Rousseff - que foi retirada do cargo antes de completar o mandato para o qual foi reeleita²⁴ - e apenas oito governadoras mulheres.

O Estado do Rio de Janeiro segue a mesma tendência. Na Alerj, dos 70 deputados eleitos para exercerem seus cargos de 2021 a 2024, apenas 12 são mulheres, o que representa 17,15% do total²⁵. Entretanto, consideramos uma mudança significativa uma vez que, na legislatura anterior (2017 a 2020), só tínhamos oito mulheres e 11,4% de participação feminina. Quando analisamos os cargos do Executivo, nas últimas 12 eleições para governadores, após o período da Ditadura Militar (1964-1985), descobrimos que uma mulher foi eleita uma única vez. Em 2003, Rosinha Garotinho se tornou a primeira governadora eleita do Estado do Rio de Janeiro e permaneceu até o fim do seu mandato. Contudo, sua eleição foi marcada pela influência do seu marido, o ex-governador Anthony Garotinho, o que para alguns pesquisadores (Grossi; Miguel, 2001) também configuraria um caso de “mulher-laranja” na política²⁶. No ano anterior à eleição de Rosinha, em 2002, o cargo de governadora foi ocupado por outra mulher, Benedita da Silva, vice do então governador Garotinho que renunciou ao cargo. Contudo, ela não foi eleita governadora e permaneceu no cargo por menos de um ano, até o fim do mandato do seu antecessor. Diante disso, temos um IPF de apenas 8,33% no Executivo estadual.

Vale esclarecer que o panorama da representação política da mulher no país e no mundo que fazemos aqui é meramente ilustrativo, uma vez que o recorte deste trabalho se limita à cidade de Macaé. Ainda assim, consideramos importante o compartilhamento dessas informações para compreendermos e aprofundarmos as discussões propostas. A comparação de Macaé com regiões e municípios vizinhos também segue a mesma

lógica, ou seja, é mais um parâmetro que pode auxiliar na interpretação dos dados revelados pela pesquisa. E, embora não façam parte deste estudo, foram realizados em momentos anteriores por alguns dos seus responsáveis, reverberando na atual pesquisa.

Mais próximo do nosso ponto focal, encontramos o IPF da região Norte Fluminense: 7,8% no Legislativo e um surpreendente 44,4% no Executivo²⁷. Para enfim chegarmos a Macaé que atingiu o índice de 5,7% de participação feminina no parlamento municipal e uma representação feminina nula na chefia da prefeitura, nas duas últimas décadas – bem abaixo da média regional, estadual e nacional. Os números sugerem que os cargos de chefe do Executivo são mais acessíveis às mulheres no interior e nas esferas municipais do que nas capitais e em âmbito federal, pelo menos é o que indicam os dados dos nove municípios que compõem a região Norte Fluminense²⁸. No entanto, é necessária uma análise mais aprofundada e que inclua outras variantes antes de fazer tal afirmação. Já nos parlamentos, parece que a variação é menor nas três esferas: federal, estadual e municipal. Macaé seria uma exceção, pois possui um IPF na Câmara menor, abaixo inclusive das suas vizinhas: Quissamã, Carapebus, Conceição de Macabu, Cardoso Moreira, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana. Porém, a cidade não está sozinha na ínfima representação das mulheres na política. Há municípios em situação mais grave na atualidade, como Campos dos Goytacazes, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, São Pedro da Aldeia e Arraial do Cabo, onde as mulheres estão completamente excluídas do processo político e decisório local.

Observando a história de Macaé desde a sua emancipação, podemos verificar que dos 37 prefeitos, eleitos e reeleitos em 48 mandatos, nunca houve uma única mulher a ocupar o cargo de chefe do Executivo²⁹. A primeira vereadora foi eleita na cidade em 1982³⁰, no entanto, nas quatro décadas seguintes o IPF do legislativo municipal pouco se alterou, alternando entre muito baixo ou nulo. Desse modo, apesar de alguns avanços na representação política, parece-nos que as mulheres continuam carregando o estigma da subalternidade social:

As marcas da feminilidade no discurso [político] reduzem a legitimidade da falante, mas a ausência delas é denunciada como uma falha da mulher que não as tem: a emotividade excessiva não é pertinente num político, mas a frieza e a racionalidade não cabem para o sexo feminino. Em suma, o campo político impõe às mulheres alternativas sempre onerosas, de forma bem mais pesada do que faz com seus competidores do sexo masculino (Miguel; Biroli, 2014, p. 66).

Outros fatos históricos somam-se para demonstrar o passado discriminatório e retrógrado do município na política. O caso do ex-prefeito Eduardo Serrano ilustra bem essa questão. Eleito em 1958 e empossado em 1959, ele foi retirado do cargo em 1960 por ser homossexual. A justificativa da Câmara de Vereadores para o pedido de *impeachment* foi de que Serrano seria uma pessoa anormal, incapacitada psiquicamente para o exercício da função de prefeito. A decisão teve como base um laudo médico que atestava problemas mentais, uma vez que a homossexualidade ainda era considerada doença naquela época (Silva, 2009)³¹. Ao recuperar tais acontecimentos, podemos vislumbrar a força do pensamento conservador na cidade, que parece perdurar até os

dias atuais.

A adaptação dos aparelhos governamentais e institucionais é ilustrativa do atraso do processo de inclusão das mulheres, historicamente excluídas também pelas estruturas de onde se exerce o poder. Um exemplo é a falta de banheiros femininos nesses espaços, sobretudo nas áreas destinadas à tomada de decisão pelos cargos de alto escalão. O próprio plenário do Senado brasileiro só ganhou um banheiro feminino em 2016, mais de 55 anos depois da inauguração do prédio do Congresso Nacional em Brasília, em 1960³². Na época, a então senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB - AM) afirmou que a ausência de um banheiro para as mulheres indicava que elas não eram esperadas no ambiente parlamentar.

Na Câmara de Macaé, a única vereadora eleita permanece sem um lavabo exclusivo para o seu gênero na sala de reuniões com banheiro anexo ao plenário, destinado ao uso dos parlamentares durante as sessões deliberativas. Na área de circulação do grande público e visitantes, encontramos banheiros femininos, mas esses não possuem trocador para bebês, indicando que a presença de mães com filhos pequenos não é esperada. Esses espaços públicos deveriam ser capazes de acolher toda a população interessada em acompanhar e participar da vida política local, entretanto, em seu aparato, não inclui as mães com filhos pequenos. A propósito, a maternidade aparece como mais um fator interseccional para a exclusão das mulheres. Outro episódio emblemático que ilustra a questão é a votação às pressas do Projeto de Resolução 03/2017, que tramitou no Legislativo macaense entre março e abril de 2017³³. O objetivo era incluir no Regimento Interno a previsão de licença maternidade para as parlamentares mulheres. O fato aconteceu na ocasião do nascimento do filho da então vereadora Renata Thomaz de Oliveira, quando a Procuradoria se deu conta que não havia essa previsão legal na Casa Legislativa.

3.1 AS COTAS POR GÊNERO

O direito ao voto, foco das reivindicações feministas, na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, pouco alterou a constituição dos parlamentos e governos pelo país. Isso porque a abolição das barreiras legais para as mulheres não garantiu condições igualitárias de acesso aos espaços de poder. “É necessário incorporar os grupos marginalizados no corpo político, empurrá-los para dentro, rompendo a inércia estrutural que os mantém apartados dos espaços de decisão” (Philips, 1999, p. 35, tradução nossa). E esse é o papel de ações afirmativas, como a cota eleitoral por sexo.

No Brasil, a obrigatoriedade de ao menos 30% de candidaturas femininas em cada pleito está em vigor desde 2009 - Lei 12.034/2009³⁴ que alterou a Lei 9.504/1997 (Lei das Eleições)³⁵. Porém, não há reserva de cadeiras para mulheres nos parlamentos. O resultado é que não houve mudança substancial na representatividade política por

gênero, conforme podemos observar no quadro 1.

Quadro 1 – Índice de Representação Feminina no Senado e Câmara Federal de 2006 a 2022

Eleição/Ano	IPF Câmara Federal	IPF Senado Federal
2006	9%	15%
2010	8,7%	10%
2014	9,9%	18%
2018	15%	14%
2022	17,7%	12,3%

Nota: Elaborado pelos autores com base nos dados do TSE.

Fonte: Porto *et al.* (2022)

Dentre os motivos da manutenção da sub-representação feminina, mesmo após a criação das cotas, estão as chamadas “candidaturas laranjas”, promovidas por partidos e coligações. Isto é, quando mulheres concorrem a um cargo público apenas para preencher a cota exigida por lei, conforme já explicitado anteriormente. Para coibir tal prática, a partir de 2018, as siglas foram obrigadas a destinar, no mínimo, 30% do que recebem do fundo eleitoral - dinheiro público usado para financiar as campanhas - às candidaturas femininas. Quem não cumpre essa regra pode ficar sem os recursos e ainda ter a chapa de parlamentares eleitos cassada pela Justiça Eleitoral.

Todavia, a nova exigência não conseguiu impedir as tentativas de burlar a legislação. Macaé é palco de um dos inúmeros casos de suspeita de fraude de cota por gênero no país. Uma juíza eleitoral chegou a condenar, em primeira instância, o partido Republicanos por promover “candidaturas laranjas” de mulheres na eleição municipal de 2020³⁶. No entanto, essas denúncias perderam força após a aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC 18/2021), que anistiou partidos e agentes políticos que descumpriram a cota mínima de candidaturas e recursos para mulheres e negros³⁷. Promulgada em 5 de abril de 2022 pelo Congresso Nacional, a anistia incluiu o cancelamento das punições de qualquer natureza, tais como a devolução de valores, multa e suspensão de repasse do fundo partidário³⁸. A decisão tomada em âmbito federal reverberou nas esferas estaduais e municipais, provocando mudança no entendimento em alguns juízos. Embora o descumprimento da cota de gênero não tenha sido anistiado nos estados e municípios, a deliberação em contexto federal enfraqueceu a punição nas demais esferas.

Não obstante, há outros obstáculos no caminho. A própria cota de 30% de candidaturas femininas não foi cumprida, de forma integral, na eleição de 2020 pela maioria dos partidos políticos. Dos 33 regulares no país, apenas três cumpriram a porcentagem mínima de mulheres em todos os estados e municípios nos quais concorreram na última eleição. São eles: UP, PSC e NOVO³⁹. As informações são baseadas nos dados do TSE, que apontam para a dificuldade do órgão em acompanhar e fiscalizar o processo eleitoral nos 5.568 municípios brasileiros⁴⁰.

A sensibilização dos aparelhos do Estado é o caminho apontado pelo *State feminism*, ou feminismo de Estado⁴¹, para alcançarmos a equidade de gênero em

diversas áreas. A professora de ciência política Joni Lovenduski (2005) defende a incorporação de instrumentos e práticas pelo Estado para a promoção da igualdade entre homens e mulheres. Para a pesquisadora inglesa, a representação política significa acesso pleno à cidadania. Na sua concepção, todas as reivindicações da pauta feminista - igualdade salarial, autonomia para decidir sobre o próprio corpo (que tem como princípio o direito ao aborto), dignidade e segurança pessoal, entre outros - atravessam a esfera política e é por meio dela que poderão ser conquistadas. Assim sendo, as políticas afirmativas representam um passo em direção ao atendimento das demandas vinculadas aos direitos das mulheres.

Partindo do pressuposto de que é justo que ações reparadoras sejam promovidas em favor dos grupos que sofreram exclusão ou violência patrocinadas pelo Estado (Willian, 1998), é cabida às mulheres a reivindicação de uma “política de presença”, conforme sustentado pela cientista política Anne Phillips (1995). Dessa forma, mesmo que um parlamento masculino – exclusiva ou majoritariamente - tenha sido escolhido por um eleitorado composto por maioria de mulheres, como acontece no Brasil, esse não seria capaz de representá-las de modo adequado. Seria necessário um Legislativo ou Executivo com a mesma perspectiva social, isto é, “ponto de vista que membros de um grupo têm sobre processos sociais por causa da sua posição neles” (Young, 2020, p. 137, tradução nossa). O conceito da pesquisadora estadunidense captura a ideia de que integrantes de grupos em posição subalterna têm vivências comuns, indisponíveis a quem não os integra.

Assim, a avaliação prioritária pela aparência física, a responsabilização automática pela gestão da vida doméstica e pelo cuidado com os mais vulneráveis, a expectativa de que sejam menos racionais e mais emotivas, a menor atenção concedida a seus interesses e desejos ou o temor difuso da violência sexual são elementos da experiência de “ser mulher” numa sociedade marcada pela dominação masculina, que os homens – por mais solidários e feministas que sejam – tipicamente não vivenciam. Esses elementos não geram uma “identidade” nem levam necessariamente a um entendimento similar dos próprios interesses. Mas são parte da perspectiva das mulheres e de um conhecimento sobre o mundo social que só elas têm condições de expressar (Miguel e Biroli, 2014, p. 53).

Nesse sentido, é preciso levar em conta ainda elementos como raça, classe, renda e orientação sexual que, quando também são geradores de exclusão social, diminuem ainda mais as chances de uma mulher conquistar um cargo de poder político. Configura-se então a chamada interseccionalidade, quando fatores prejudiciais se somam e tornam as condições e oportunidades ainda mais desfavoráveis para as mulheres (Porto *et al.*, 2022). O conceito evidencia que algumas experiências ocorreram na intersecção entre múltiplas estruturas de dominação e que o somatório delas confere a quem as experimenta um ponto de vista particular (Collins, 2016), diferente de quem as vivencia de forma isolada ou daqueles que nunca a sentiram.

Não os considerar seria o mesmo que silenciar a multiplicidade de experiências que compõem a condição feminina, pois a despeito das diferenças que esses grupos mantêm entre si, eles se unificam enquanto categoria que experimenta a violência de um sexismo que se dirige a todas as mulheres, sem distinção. Desse modo, deu-se a

construção de uma história social coletiva de desempoderamento, exploração e subordinação que se estende até a atualidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir questões de gênero é ir além, é questionar, tematizar e complexificar categorias centrais por meio das quais há séculos se pensava a política. Por conseguinte, revemos todos os nossos valores e critérios de análises, reorientando as noções de indivíduo, espaço público, autonomia, igualdade, justiça e democracia. Essa é uma significativa contribuição do pensamento feminista, mas que não se limita a este ponto. O movimento busca ir mais adiante e transpor a teoria política, provocando mudanças na vida cotidiana. O projeto feminista que fazemos ecoar por meio desta pesquisa encontra impulso em pensadoras estadunidenses, como a historiadora Joan Scott (1989), a filósofa Judith Butler (1998), a cientista política Anne Philips (1995), a antropóloga cultural Gayle Rubin (2017) e tantas outras que defendem a irrelevância da anatomia sexual para definir quem a pessoa é e o que ela faz. A aposta aqui é numa coexistência entre diferença e igualdade, que permita a livre expressão de indivíduos e grupos sem aprisioná-los em posições estereotipadas.

Os obstáculos para a equidade de gênero na política macaense são inúmeros. Talvez o mais árduo seja deixar definitivamente no passado o histórico patriarcal e conservador da cidade. O patriarcado é definido por Delphy (2009) como uma “formação social em que homens detêm o poder”. É a cultura da dominação masculina e opressão, sujeição e subordinação das mulheres ou da condição feminina (p. 173). Acrescentamos, no entanto, outros fatores que consideramos fundamentais para combater a misoginia presente na sociedade, como a elaboração de leis e políticas afirmativas mais eficientes, assim como a fiscalização e a punição para quem as descumprir.

O combate à discriminação histórica perpassa outras questões do universo feminino, como a exclusão na esfera pública e o aprisionamento na esfera privada. Esse cenário ensejou o acúmulo de funções e o insulamento na vida doméstica que impede a participação política de tantas mulheres. Já no campo político, ainda se faz necessário garantir que, ao romperem as barreiras para o seu ingresso, essas não continuem sujeitas à hierarquia de gênero, que as impede de ocupar certos cargos de poder e as restringe às pautas de saúde, educação e assistência social, como extensão de seus papéis familiares (Pedro, 2017). Que elas possam ser incluídas na política não apenas como donas de casa, mães, esposas, filhas, etc., mas como cidadãs aptas a atuar em qualquer área, superando as hierarquizações das relações de gênero.

O acesso a posições formais na estrutura de poder não significa que se esteja, automaticamente, em posição de igualdade em relação a outros agentes que lá se encontram. A política se organiza na forma de um “campo”, no sentido atribuído ao termo pela sociologia de Pierre Bourdieu. É um espaço social estruturado, que possui uma hierarquia interna própria e que exige, dos agentes que nele ingressam, a aceitação de determinada lógica e de certos padrões de comportamento, sob pena de serem marginalizados. Constituído

historicamente como um ambiente masculino, o campo político trabalha contra as mulheres (bem como os integrantes de outros grupos em posição de subalternidade), impondo a elas maiores obstáculos para que cheguem às posições de maior prestígio e influência, mesmo depois de terem alcançado cargos por meio do voto (Miguel; Biroli, 2014, p. 65-66).

Para romper com o estatuto da subalternidade imposto às mulheres é preciso ainda promover novas formas de apoio e incentivo à participação feminina. Referimo-nos a ações capazes de auxiliar as mulheres a superar a falta de recursos materiais para ingressar, manter-se e agir na arena política – a começar pelo tempo livre, indispensável para exercer a atividade política. As mudanças requeridas dependem de uma divisão mais equilibrada das tarefas domésticas e de cuidados entre homens, mulheres e sociedade, da elaboração de políticas públicas e da extinção de comportamentos machistas normalizados pela cultura. Sabemos que atingir tais objetivos não é tarefa fácil, tampouco está restrita às mulheres. Pelo contrário, requer o envolvimento de diversos setores da sociedade em um projeto coletivo de combate a formas de dominação até então invisibilizadas e naturalizadas.

Por todos os motivos expostos, acreditamos que debater as questões de gênero é ainda tornar visível o preconceito, suas materializações e consequências, desconstruindo a ideia de que esse é um produto natural, aceitável e até mesmo necessário na sociedade. Entendermos que a discriminação é um mecanismo utilizado para aprisionar o outro em determinado lugar, no qual ele deve se manter para obter a aceitação dos demais, é uma forma de limitar e controlar a ação alheia, desenvolvendo no grupo dominado a tolerância e a passividade necessária para assegurar a posição e os privilégios dos que estão no poder - típico do sistema capitalista. Ser o “outro” implica em uma relação diferente da norma de comportamento tida como padrão. Na sociedade tradicional cristã, homens brancos definem-se como sujeitos, os verdadeiros atores, e classificam os demais em termos de sua posição em relação a esse eixo branco, masculino e heterossexual (Collins, 2016, p.7).

No caso específico das mulheres, impõe-se a elas uma feminilidade confinadora, que as mantêm quase sempre presas na esfera privada. E mesmo quando elas rompem as barreiras para acessar a esfera pública, precisam enfrentar diversos obstáculos para acessar postos do poder na política. O *status de outsiders within*⁴², quando um tratamento desigual é encoberto por um suposto sistema igualitário, impõe às poucas que chegam lá, em via de regra, um ambiente hostil e resistente à equidade de gênero. Por esse motivo, mesmo com alguns avanços, ainda não há muito o que comemorar. E o mais grave é que as consequências desse processo não recaem apenas sobre as mulheres, mas sobre todos nós. Atingem-nos na forma de uma democracia frágil e menos plural e, mais austeramente, com a desigualdade e a injustiça social, que protelam e fragilizam o sentimento de civilidade brasileiro em diversos aspectos: político, econômico e social.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. **Cadernos Pagu**, [s. l.], n. 11, p. 11-42, 1998. Tradução de Pedro Maia Soares do artigo original "Contingent Foundations: Feminism and the Question of Postmodernism", publicado no Greater Philadelphia Philosophy Consortium, em setembro de 1990. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634457/2381>. Acesso em: 11 dez. 2023.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, [s. l.], v. 31, n. 1, jan./abr. 2016. Tradução de Juliana de Castro Galvão do artigo original "Learning from the outsider within: the sociological significance of black feminist thought", publicado em *Social Problems*, v. 33, n. 6, "Special theory issue", p. 14-32, oct./dec. 1986.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. 244 p.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena, et al. (org.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 173-178.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Os estudos culturais. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (org.). **Teorias da Comunicação: Conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

GROSSI, Mírian Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 9, n. 1, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100010. Acesso em: 1 jun. 2018.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. Trabalho (o conceito de). In: HIRATA, Helena, et al. (org.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 251-256

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (org.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67 -79.

LOVENDUSKI, Joni. **State Feminism and Political Representation**. Cambridge: Cambridge University Press: 2005. p. 1-19.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro de. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. **Revista Latinoamericana**, [s. l.], n. 2, p. 121-161, 2009.

OTÁVIO, Chico; ARAÚJO, Vera. **Mataram Marielle: como o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes escancarou o submundo do crime carioca**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

PEDRO, J. M. As mulheres e a separação das esferas. **Revista Diálogos**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 33-39, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/37600/19506>. Acesso em: 1 jul. 2022.

PHILLIPS, Anne. **The Politics of Presence**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

PHILLIPS, Anne. **Which equalities matter?** Cambridge, UK Malden: Polity Press Blackwell Publishers, 1999.

PORTO, A. C. S., BENITES, Marcelo. Representação política de mulheres na Costa do Sol e os desafios da equidade de gênero. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES, 7., 2018, Rio de Janeiro. **Anais VII CONINTER**. Rio de Janeiro, RJ: UNIRIO, 2018. p. 1-15.

PORTO, A. C. S., BENITES, Marcelo; SAJONC, Raquel. Representação política das mulheres em 2019 e os desafios da equidade de gênero. **Revista de Comunicação Dialógica**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 4-19, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcd/article/view/49930/33137>. Acesso em: 13 jul. 2022.

PORTO, A. C. S., BENITES, Marcelo; SAJONC, Raquel. Os desafios da equidade de gênero durante a pandemia de Covid-10 no Brasil. In: ENCONTRO VIRTUAL DA ABCIBER – Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura, 2020. **Anais Abciber**. [S. l.]: ABCIBER, 2020. n.1, p. 1-17. Disponível em: <https://abciber.org.br/simposios/index.php/virtualabciber/virtual2020/paper/view/1025/455>. Acesso em: 13. Jul. 2022.

PORTO, A. C. S. *et al.* Os desafios das mulheres na representação política do Norte Fluminense. **Revista Visões**, Macaé, n. 1, v. 9, p. 1-15, 2022. Disponível em: https://fsma.edu.br/visoes/edicoes-antiores/docs/10/Edicao_10_artigo_1.pdf. Acesso em: 13 jul. 2022.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SILVA, Marinete dos Santos. O caso Eduardo Serrano: onde se cruzam política e homossexualidade. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História: História e Ética**. Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772004_93e4052f14986158738b73a52efb2041.pdf. Acesso em: 13 jul. 2022.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

WILLIAMS, Melissa S.. **Voice, trust, and memory: marginalized groups and the failings of liberal representation**. Princeton: Princeton University Press, 1998.

NOTAS DE RODAPÉ

¹ Artigo científico produzido de forma coletiva pelos integrantes do Grupo de Pesquisa (GP) em Comunicação Regional da Faculdade Católica Salesiana de Macaé (FCSMA), localizada em Macaé, Estado do Rio de Janeiro. Elaborado no âmbito do projeto de pesquisa Representação Política das Mulheres em Macaé, dentro da proposta do edital Macaé 2030: futuros cenários para a Macaé além do petróleo.

² Jornalista pela UFJF, mestre em Tecnologias da Comunicação e Cultura pela UERJ, pesquisadora, líder do GP em Comunicação Regional e professora dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da FCSMA. E-mail: acporto@ymail.com.

³ Graduado em Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) e mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas. Coordenador dos cursos de Comunicação Social da FCSMA. Coordenador e pesquisador do Grupo de Pesquisa em Comunicação Regional da FCSMA. E-mail: cassianosim@ymail.com; coordcs@salesianamacae.edu.br.

⁴ Mestre em Comunicação e Cultura (UFRJ), especialista em Mídias na Educação e professora dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da FCSMA. E-mail: chrismilagres@gmail.com.

⁵ Jornalista, mestre e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PGCL - Uenf) e pesquisador do GP em Comunicação Regional da FCSMA. E-mail: marcellobenites@hotmail.com.

⁶ Os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) é uma agenda mundial adotada em 2015 pela ONU, composta por 17 objetivos e 169 metas que devem ser alcançadas até 2030. A ideia é propor ações de enfrentamento aos principais entraves ao desenvolvimento humano, como a pobreza, a desigualdade social e a degradação do meio ambiente, garantindo que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e prosperidade. Fonte: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 24 out. 2021.

⁷ Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-01/desigualdade-de-genero-impede-desenvolvimento-sustentavel-diz-cepal>. Acesso em: 24 out. 2021.

⁸ A socióloga francesa Monique Haicault (1984) traz à tona a dimensão emocional que o trabalho doméstico envolve, o qual pode ocasionar transtornos mentais, dado o seu nível de exigência e dedicação. A presença constante exigida pelas atividades cotidianas, demarcadas pela repetição, é um exemplo disso. Esse custo emocional, que se reflete também na dimensão material, é chamado de 'carga mental'. Para mais informações, vide HAICAULT, Monique. *La gestion ordinaire de la vie em deux*. Paris, Sociologie du Travail, nº 3, 1984.

⁹ Podemos citar, como exemplo disso, o veto do governo Bolsonaro ao projeto de lei que cria o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, em outubro de 2021. Aprovada pelo Senado, a iniciativa visa garantir a distribuição gratuita de absorventes para estudantes de baixa renda, mulheres em situação de extrema vulnerabilidade, presidiárias e mulheres internadas para cumprir medidas socioeducativas. Apesar de explicar o veto pela ausência de fontes de custeio, a decisão governamental revela o descaso com os direitos à dignidade e à saúde de meninas e mulheres, que se prolongam até os dias atuais. Esse cenário de exclusão das demandas femininas nas políticas públicas é considerado uma das graves consequências da baixa representatividade da mulher em cargos eletivos. O Senado derrubou o veto do em 10/03/2022 (<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/03/10/derrubado-o-veto-a-distribuicao-de-absorventes-para-mulheres-de-baixa-renda>).

¹⁰ Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcd/article/view/49930>

¹¹ Disponível em: <http://tiny.cc/plqtuz>. Acesso em 18 jun. 2022

¹² Disponível em: https://fsma.edu.br/visoes/edicoes-antiores/docs/10/Edicao_10_artigo_1.pdf

¹³ Disponível em: <https://abciber.org.br/simposios/index.php/virtualabciber/virtual2020/paper/view/1025/455>.

¹⁴ Em um evento interno sobre o Dia Internacional da Mulher, realizado pela Câmara Municipal de Macaé, no dia 8 de março de 2018, dentro do Projeto Releituras, na qual a vereadora foi a principal convidada, ela mencionou que nunca havia desejado ou mesmo pensado concorrer a um cargo público. Ela só cogitou a possibilidade após o pedido do seu pai, Paulo Paes. Por três mandatos, ele se manteve inelegível. Nesse período, seu filho Paulo Paes Filho foi eleito vereador (2009-2012) e, nos dois mandatos que se seguiram, sua filha Renata Thomaz de Oliveira foi eleita (2013-2016) e reeleita (2017-2020) para o mesmo cargo. Em 2021, ele voltou à Câmara de Vereadores de Macaé, onde se mantém como parlamentar, e seus filhos se afastaram da política.

¹⁵ Segundo dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) 2019, divulgada pelo IBGE em 2021, o Brasil possui 109,4 milhões de mulheres, o equivalente a 52,2% da população. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-08/ibge-mulheres-somavam-522-da-populacao-no-brasil-em-2019>. Acesso em: 08 jul. 2022.

¹⁶ O levantamento tem como base os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2022/noticia/2022/05/05/mulheres-tem-85-milhoes-de-titulos-de-eleitor-a-mais-do-que-homens-no-pais-diferenca-e-recorde.ghtml>. Acesso em: 11 jun. 2018.

¹⁷ Fonte: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2020/09/4878348-luta-por-espaco-no-poder.html>. Acesso em: 08 out. 2021.

¹⁸ Fonte: <https://www.camara.leg.br/noticias/766271-mulheres-defendem-paridade-e-culpam-partidos-por-desigualdade-nas-eleicoes/>. Acesso em: 08 out. 2021.

¹⁹ Fonte: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2020/09/4878348-luta-por-espaco-no-poder.html>. Acesso em: 08 jul. 2022.

²⁰ Fonte: <https://tinyurl.com/3tnpmda2>. Acesso em: 08 jul. 2022.

²¹ Fonte: <https://www.camara.leg.br/noticias/911406-bancada-feminina-aumenta-18-e-tem-2-representantes-trans>. Acesso em: 20 dez. 2022.

²² Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/10/03/apesar-de-maior-presenca-na-disputa-ao-senado-bancada-feminina-reduz-tamanho>. Acesso em: 20 dez. 2022.

²³ Dados da plataforma TSE Mulheres. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/#estatisticas>. Acesso em: 20 dez. 2022.

²⁴ O controverso processo que derrubou Dilma em 2016 não apresentou provas cabais de corrupção e foi repleto de irracionais argumentos machistas que permearam a opinião pública, influenciando a votação dos parlamentares. Junto com o assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco (PSOL) em 2018 (Otávio; Araújo, 2020), num caso que agrega elementos de feminicídio – quando se é assassinada por ser mulher –, o “impeachment” de Dilma foi um dos mais emblemáticos e trágicos exemplos da misoginia arraigada desde sempre na cultura brasileira. Com possível definição etimológica como “ódio à vagina”, o termo indica o sentimento que cresceu sobremaneira no período em que Jair Bolsonaro despontou como candidato a presidente; e que caracterizou sua trajetória de conquista e exercício do governo federal.

²⁵ Fonte: <https://www.alerj.rj.gov.br/Visualizar/Noticia/49636?AspxAutoDetectCookieSupport=1>. Acesso em: 14 jul. 2022.

²⁶ Saiba mais também em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-amargo-sabor-de-ser-uma-candidata-laranja>. Acesso em: 20 jun. 2016.

²⁷ Disponível em: https://fsma.edu.br/visoes/edicoes-antiores/docs/10/Edicao_10_artigo_1.pdf

²⁸ Disponível em: https://fsma.edu.br/visoes/edicoes-antiores/docs/10/Edicao_10_artigo_1.pdf

²⁹ Fonte: Secretaria de Acervo e Patrimônio de Macaé. Os dados também estão disponíveis em: <https://macae.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/macaee-tera-galeria-de-prefeitos#:~:text=Na%20lista%20dos%2034%20prefeitos,e%20Jo%C3%A3o%20Alves%20Pedro%20Sobrinho>. Acesso em: 15 jul. 2022.

³⁰ Fonte: <https://macae.rj.gov.br/semmed/leitura/noticia/dia-da-mulher-rodas-de-conversas-marcam-programacao>. Acesso em: 15 jul. 2022.

³¹ Em 1948 a orientação sexual homossexual foi incluída na Classificação Internacional de Doenças (CID) como sendo uma patologia. Todavia, pesquisas científicas realizadas ao longo da segunda metade do século XX derrubaram tal tese. E a comunidade científica reviu a sua posição. Contudo, apenas em 17 de maio de 1990 a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou o “homossexualismo” da CID-10. A partir de então, substituiu-se o referido termo por “homossexualidade”, uma vez que no contexto médico o sufixo “ismo” remete à doença (como reumatismo, raquitismo etc.). A nova classificação entrou em vigor entre os países-membro das Nações Unidas a partir de 1º de janeiro de 1993. Disponível em: <http://ces.saude.mg.gov.br/?p=7850>. Acesso em: 12 set. 2022.

³² Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/01/plenario-do-senado-tera-banheiro-feminino-55-anos-apos-inauguracao.html>

³³ Disponível em: https://sapl.macaee.rj.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2017/10072/projeto_de_resolucao_no003-2017.pdf. Acesso em: 12. Set. 2022.

³⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm#art3. Acesso em: 23 set. 2022.

³⁵ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm. Acesso em: 23 set. 2022.

³⁶ Fonte: https://www.folha1.com.br/_conteudo/2022/04/politica/1281225-justica-cassa-vereador-de-macaee-por-candidaturas-laranjas-no-republicanos.html.

³⁷ Fonte: <https://www.camara.leg.br/noticias/839184-pec-anistia-partidos-que-nao-utilizarem-percentuais-minimos-de-financiamento-de-candidaturas-femininas>

³⁸ Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2022-04/congresso-promulga-emenda-com-anistia-partido-que-descumpriu-cotas>

³⁹ Fonte: <https://www.generationnumero.media/trinta-partidos-nao-atingiram-cota/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

⁴⁰ Fonte: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 19 jul. 2022.

⁴¹ Corrente do feminismo que entende que o Estado é mais do que um aparato repressivo. Nessa concepção, ele é compreendido como produtor de práticas sociais. A jurista dos EUA Catharine MacKinnon é uma das pensadoras a defender a criação de uma teoria feminista do Estado, enfatizando a importância de fazer com que as estruturas do poder político englobem demandas vinculadas aos direitos das mulheres. Para ela, o Estado incorpora o ponto de vista masculino em suas normas, formas e relação com a sociedade. Por meio de políticas legitimadoras do homem como gênero, o aparato estatal invoca uma suposta neutralidade, que nega as demandas consideradas particulares, como é o caso das mulheres (Miguel; Biroli, 2014).

⁴² Termo cunhado por Patricia Hill Collins (1986) na década de 80 para designar o que traduzimos como “estrangeiras de dentro” ou “forasteiras de dentro”. Isto é, mulheres negras que mesmo quando inseridas no seio familiar e chamadas “da família” não eram consideradas assim de fato. Designadas como “mães pretas”, não eram vistas como mães, tias, avós ou outro familiar, sendo assim chamadas apenas por executarem a função das mulheres brancas no ambiente doméstico. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?lang=pt>. Acesso em: 25 jan. 2023.



Macaé
P R E F E I T U R A
Secretaria Adjunta | ENSINO SUPERIOR



Observatório
da Cidade de Macaé

ISBN: 978-65-89225-03-4

CD



9 786589 225034